

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --****DIREITO CONSTITUCIONAL****Questão 31**

A respeito dos princípios fundamentais previstos expressamente na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

- A** Nas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelo princípio da dependência nacional às diretrizes fixadas pela comunidade latino-americana de nações.
- B** Nas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelo princípio da concessão de anistia.
- C** Constitui fundamento da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- D** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- E** Constitui fundamento da República Federativa do Brasil o pluralismo político.

**Questão 32**

Durante uma ação de fiscalização ambiental, agentes públicos vinculados a órgão estadual de proteção ambiental ingressaram em uma residência particular, no período noturno, sem consentimento do morador e sem ordem judicial, com o objetivo de apurar denúncia anônima sobre suposta prática de infração ambiental grave. Não havia flagrante delito, desastre ou necessidade de prestar socorro.

Nessa situação hipotética, conforme os direitos e as garantias fundamentais previstos na CF, o ingresso dos agentes públicos na residência particular

- A** não viola a CF, desde que os agentes tenham registrado posteriormente a ocorrência em relatório técnico de fiscalização ambiental.
- B** está de acordo com a CF, pois o exercício do poder de polícia ambiental autoriza a restrição de direitos fundamentais independentemente de ordem judicial.
- C** é admitido pela CF, desde que tenha ocorrido no interesse da fiscalização ambiental e com fundamento em denúncia anônima.
- D** está em desacordo com a CF, pois a inviolabilidade do domicílio somente admite as exceções expressamente previstas no texto constitucional.
- E** é compatível com a CF, pois agentes ambientais podem adotar medidas coercitivas diretas sempre que houver interesse coletivo relevante.

**Questão 33**

Acerca dos direitos sociais previstos expressamente na CF, assinale a opção correta.

- A** A participação dos trabalhadores nos colegiados de órgãos públicos depende de previsão em acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- B** A CF assegura o direito de greve, competindo à lei definir a oportunidade de seu exercício e os interesses que por meio dele devam ser defendidos.
- C** A CF veda a exigência de autorização estatal para a fundação de sindicatos, admitindo apenas o registro no órgão competente e proibindo a interferência do poder público na organização sindical.
- D** A renda básica familiar garantida a brasileiros em situação de vulnerabilidade social pode ser implementada por programa temporário do poder público, desde que observadas as normas fiscais e orçamentárias.
- E** A CF assegura a eleição de representante dos empregados em todas as empresas, independentemente do número de empregados, com a finalidade de promover o entendimento direto com os empregadores.

**Questão 34**

Acerca da criação, da incorporação, da fusão e do desmembramento de municípios, assinale a opção correta.

- A** A criação de municípios far-se-á por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal.
- B** A incorporação e a fusão de municípios dependem de lei complementar federal e dispensam consulta prévia às populações envolvidas.
- C** A fusão de municípios pode ser realizada por decreto do governador, desde que haja divulgação de estudo de viabilidade municipal.
- D** O desmembramento de município para anexação a outro depende exclusivamente de aprovação do Congresso Nacional por lei complementar.
- E** A criação de municípios far-se-á por lei municipal, aprovada pela câmara de vereadores, com posterior referendo estadual.

**Questão 35**

Quanto à repartição de competências administrativas e legislativas relacionadas à proteção do meio ambiente no modelo constitucional brasileiro, assinale a opção correta.

- A** A competência legislativa concorrente em matéria ambiental autoriza os estados a afastar a aplicação de normas gerais federais sempre que houver interesse local relevante.
- B** Compete privativamente à União legislar e executar ações de proteção ambiental, cabendo aos estados e municípios apenas atuar de forma supletiva, nos termos da CF.
- C** A proteção do meio ambiente é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, o que impõe atuação cooperativa entre os entes federativos.
- D** Compete exclusivamente aos estados legislar sobre florestas, fauna e flora, por se tratar de matéria de interesse regional, vedada a atuação normativa da União.
- E** Aos municípios é vedada qualquer atuação administrativa ou normativa relacionada à proteção ambiental, por inexistir previsão constitucional expressa nesse sentido.

**Questão 36**

Quanto à repartição constitucional de competências entre os entes federativos, assinale a opção correta.

- A** A superveniência de lei federal sobre normas gerais em matéria de legislação concorrente implica a revogação integral de legislação estadual sobre tal matéria anteriormente editada.
- B** Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual, cabendo à União a edição de normas gerais.
- C** Compete aos municípios legislar concorrentemente com a União e os estados sobre trânsito e transporte, em razão do interesse local.
- D** A inexistência de lei federal sobre normas gerais em matéria de direito urbanístico impede a atuação legislativa dos estados.
- E** Compete privativamente à União legislar sobre direito urbanístico, admitindo-se que os estados apenas façam a execução administrativa das políticas urbanas.

**Questão 37**

Assinale a opção correta em relação ao Ministério Público.

- A** O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- B** A ação civil pública para proteção do meio ambiente é de titularidade exclusiva do Ministério Público.
- C** O Ministério Público pode exercer representação judicial e consultoria jurídica de entidades públicas, desde que haja compatibilidade com sua finalidade institucional.
- D** O Ministério Público exerce função de consultoria jurídica dos poderes públicos sempre que estejam em jogo interesses sociais relevantes.
- E** O controle externo da atividade policial é atribuição exclusiva do Poder Judiciário, vedada a atuação do Ministério Público nessa seara.

**Questão 38**

A respeito do regime constitucional da advocacia pública e da Defensoria Pública, assinale a opção correta.

- A** Os princípios institucionais da Defensoria Pública são a hierarquia, a unidade administrativa e a vinculação funcional.
- B** A Advocacia-Geral da União exerce a representação judicial e extrajudicial da União e desempenha atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- C** A execução da dívida ativa da União, inclusive a de natureza tributária, é atribuição constitucionalmente conferida à Advocacia-Geral da União, não admitida a atuação de órgão especializado distinto.
- D** A Defensoria Pública tem atuação restrita à esfera judicial, sendo vedada sua atuação extrajudicial.
- E** A Defensoria Pública não possui autonomia funcional nem iniciativa de proposta orçamentária, por integrar a estrutura do Poder Executivo.

**Questão 39**

Considerando a proteção das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas e o regime constitucional de tutela do meio ambiente, julgue os seguintes itens, à luz da CF.

- I Embora caiba à União demarcar as terras indígenas, a proteção ambiental delas é matéria de competência privativa dos estados, por se tratar de bem estadual e de direito originário dos povos indígenas.
- II É assegurado aos povos indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes em suas terras.
- III A CF admite, em caráter excepcional, o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e a lavra de riquezas minerais em terras indígenas, desde que haja autorização do Congresso Nacional, oitiva das comunidades afetadas e participação delas nos resultados, na forma da lei.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item II está certo.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Apenas os itens II e III estão certos.

**Questão 40**

Assinale a opção correta no que se refere ao regime constitucional-administrativo.

- A** A publicidade de atos, programas, obras e serviços dos órgãos públicos pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- B** Os atos de improbidade administrativa produzem exclusivamente efeitos patrimoniais, vedada a suspensão de direitos políticos.
- C** As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso nos casos de dolo ou culpa.
- D** A inobservância da exigência de concurso público gera mera anulabilidade do ato, sanável pela confirmação posterior da autoridade competente.
- E** As reclamações relativas à prestação de serviços públicos independem de disciplina legal, por serem direito fundamental de aplicação imediata.

**DIREITO ADMINISTRATIVO****Questão 41**

Assinale a opção em que são apresentados os princípios fundamentais da administração pública que decorrem da bipolaridade do direito administrativo (liberdade do indivíduo e autoridade da administração pública), a partir dos quais se constroem todos os demais.

- A** moralidade e publicidade
- B** legalidade e impessoalidade
- C** moralidade e eficiência
- D** publicidade e eficiência
- E** legalidade e supremacia do interesse público sobre o particular

**Questão 42**

As entidades da administração indireta que são criadas por lei, têm personalidade jurídica pública, capacidade de autoadministração, especialização dos fins ou atividades e estão sujeitas a controle ou tutela são

- A** autarquias.
- B** consórcios públicos privados.
- C** organizações da sociedade civil de interesse público.
- D** empresas públicas.
- E** sociedades de economia mista.

**Questão 43**

Acerca dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A** Considera-se ato constitutivo aquele em que a administração pública reconhece um direito que já existia anteriormente.
- B** Os atos de direito privado da administração pública são praticados em situação de igualdade com os particulares, em oposição aos atos administrativos em sentido estrito, nos quais prevalecem as prerrogativas decorrentes do regime jurídico público.
- C** A anulação é a extinção de ato administrativo válido, por motivo de conveniência e oportunidade.
- D** Por força do princípio da legalidade, o ato administrativo eivado de vício de competência não pode ser saneado.
- E** Os atos complexos são aqueles decorrentes da declaração de vontade de um órgão colegiado.

**Questão 44**

Quanto à motivação no processo administrativo, em conformidade com a Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os atos que decorram de reexame de ofício deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.
- Ⓑ A motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de gravação por vídeo da sessão deliberativa.
- Ⓒ A motivação deve ser explícita, clara e congruente, de sorte que não pode consistir na declaração de concordância com fundamentos de pareceres, informações ou propostas anteriores.
- Ⓓ A anulação de ato administrativo por vício de legalidade prescinde de motivação, haja vista a aplicação direta do princípio da legalidade.
- Ⓔ É vedada a reprodução dos fundamentos das decisões por meio mecânico, ainda que haja solução de vários assuntos da mesma natureza.

**Questão 45**

Assinale a opção que corresponde ao poder da administração pública de apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos.

- Ⓐ poder regulamentar
- Ⓑ poder normativo
- Ⓒ poder de autotutela
- Ⓓ poder de polícia administrativa
- Ⓔ poder disciplinar

**Questão 46**

Acerca do tombamento, assinale a opção correta.

- Ⓐ Devido às suas características, é vedado o tombamento geral de todos os bens situados em um bairro ou uma cidade.
- Ⓑ Os bens públicos e os bens imateriais não podem ser objeto de tombamento.
- Ⓒ Os efeitos do tombamento estão restritos ao proprietário e ao poder público, não se estendendo a terceiros (demais particulares).
- Ⓓ O tombamento configura restrição total do direito de propriedade, razão pela qual acarreta direito a indenização.
- Ⓔ Quanto à constituição, o tombamento pode ser de ofício, voluntário ou compulsório.

**Questão 47**

Acerca dos contratos administrativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Há responsabilidade solidária entre o contratado e a administração pública em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- Ⓑ Embora a regra seja a publicidade, há possibilidade de sigilo dos contratos administrativos e dos termos aditivos quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como em outras hipóteses discricionárias, desde que com a devida motivação.
- Ⓒ É vedada a celebração de contrato administrativo de forma verbal, caso contrário o ato será nulo e não produzirá nenhum efeito.
- Ⓓ Os contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.
- Ⓔ Os órgãos de controle, na fiscalização de contratos administrativos, devem utilizar critérios de materialidade, relevância e risco, sendo-lhes vedado o uso de critério de oportunidade, pois este é restrito ao gestor.

**Questão 48**

Acerca do controle da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Tem a obrigação de prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.
- Ⓑ O tribunal de contas tem competência privativa para sustar a execução de contrato administrativo na hipótese de não serem atendidas as suas determinações.
- Ⓒ Após a decisão do tribunal de contas, se houver imputação de débito, caberá ao órgão competente a propositura de ação de cobrança, a fim de possibilitar futura execução.
- Ⓓ Não há possibilidade de controle judicial da administração pública, pois a Constituição Federal de 1988 estabelece apenas dois tipos de controle: externo, realizado pelo Poder Legislativo com o auxílio do tribunal de contas; e interno.
- Ⓔ Os responsáveis pelo controle interno, caso tomem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, devem dar ciência ao Ministério Público estadual ou federal, conforme o caso, sob pena de responsabilidade solidária.

**Questão 49**

A responsabilidade civil comissiva do Estado é, em regra,

- Ⓐ subjetiva.
- Ⓑ objetiva, fundada no risco administrativo, havendo a possibilidade de ação regressiva, independentemente de dolo ou culpa do agente.
- Ⓒ objetiva, fundada no risco integral, havendo a possibilidade de ação regressiva, independentemente de dolo ou culpa do agente.
- Ⓓ objetiva, fundada no risco administrativo, havendo a possibilidade de ação regressiva se houver dolo ou culpa do agente.
- Ⓔ objetiva, fundada no risco integral, havendo a possibilidade de ação regressiva se houver dolo ou culpa do agente.

**Questão 50**

No processo administrativo ambiental, caso seja identificada, após o encerramento da instrução processual, a possibilidade de agravamento da penalidade, o autuado será notificado para que formule as suas alegações. Nessa hipótese, a notificação deverá ocorrer por

- Ⓐ via postal, edital ou outro meio célere.
- Ⓑ edital.
- Ⓒ publicação, na Internet, da relação dos processos que entrarão em pauta.
- Ⓓ via eletrônica, via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a certeza da ciência.
- Ⓔ publicação em sua sede administrativa.

**DIREITO CIVIL****Questão 51**

O ato jurídico em sentido estrito configura-se por

- Ⓐ haver manifestação de vontade do agente, sendo seus efeitos definidos pela lei e pela vontade das partes, admitindo-se composição volitiva entre os envolvidos.
- Ⓑ inexistir manifestação de vontade do agente, sendo seus efeitos livremente definidos pela vontade das partes, independentemente de composição volitiva entre os envolvidos.
- Ⓒ haver manifestação de vontade do agente, sendo seus efeitos livremente definidos pela vontade das partes, independentemente de composição volitiva entre os envolvidos.
- Ⓓ haver manifestação de vontade do agente, sendo seus efeitos previamente previstos em lei, e não na vontade das partes, não havendo espaço para composição volitiva entre os envolvidos.
- Ⓔ inexistir manifestação de vontade do agente, sendo seus efeitos previstas em lei, podendo as partes ajustar livremente suas consequências jurídicas.

**Questão 52**

Segundo o Código Civil, a configuração do abuso de direito pressupõe que o titular do direito

- Ⓐ atue com a intenção de prejudicar terceiro, não sendo suficiente o mero excesso no exercício do direito em relação à sua função social ou à boa-fé.
- Ⓑ exceda manifestamente os limites impostos pela finalidade jurídica do direito ou pela boa-fé, desde que comprovado o dolo de prejudicar terceiro.
- Ⓒ exceda manifestamente os limites impostos pela finalidade econômica ou social do direito, pela boa-fé ou pelos bons costumes, independentemente da intenção de prejudicar terceiro.
- Ⓓ atue com a intenção específica de prejudicar terceiro e exceda manifestamente os limites impostos pela finalidade econômica ou social do direito ou pelos bons costumes.
- Ⓔ atue com a intenção de prejudicar terceiro, sendo suficiente o simples exercício anormal do direito, ainda que não haja violação à boa-fé objetiva.

**Questão 53**

O Código Civil adota a tese da prescrição extintiva da

- Ⓐ pretensão, que surge com a constituição do direito, extinguindo-se o próprio direito material.
- Ⓑ pretensão, que surge com a violação do direito, permanecendo incólume o direito material em si.
- Ⓒ ação, que surge com a violação do direito, permanecendo o incólume direito material em si.
- Ⓓ pretensão, extinguindo-se o próprio direito material com a violação do direito.
- Ⓔ ação, extinguindo-se o próprio direito material a partir da violação do direito.

**Questão 54**

Acerca de prescrição e decadência no direito civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ A prescrição está associada às ações condenatórias e aos direitos potestativos, enquanto a decadência está relacionada às ações constitutivas.
- Ⓑ A prescrição está associada às ações constitutivas e aos direitos potestativos, enquanto a decadência está relacionada às ações condenatórias.
- Ⓒ A prescrição está associada exclusivamente aos direitos potestativos, enquanto a decadência está relacionada às ações condenatórias e constitutivas.
- Ⓓ A prescrição está associada às ações constitutivas, enquanto a decadência está relacionada às ações condenatórias e aos direitos potestativos.
- Ⓔ A prescrição está associada às ações condenatórias, enquanto a decadência está relacionada aos direitos potestativos e às ações constitutivas.

**Questão 55**

Segundo o Código Civil, a solidariedade de natureza obrigacional relacionada à responsabilidade civil contratual

- Ⓐ decorre automaticamente da existência de obrigação contratual com mais de um sujeito passivo.
- Ⓑ apenas pode resultar da lei.
- Ⓒ resulta da lei ou da vontade das partes.
- Ⓓ apenas pode resultar da vontade das partes.
- Ⓔ pode ser presumida quando houver pluralidade de devedores.

**Questão 56**

A cláusula penal moratória

- Ⓐ não compensa o inadimplemento nem substitui o adimplemento, não interferindo na responsabilidade civil correlata.
- Ⓑ substitui o adimplemento da obrigação principal e exonera o devedor de seu cumprimento.
- Ⓒ tem por finalidade substituir a indenização por perdas e danos nos casos de inadimplemento absoluto.
- Ⓓ exclui a responsabilidade civil do devedor, uma vez que fixa previamente o montante da indenização da prestação.
- Ⓔ não pode ser exigida juntamente com os lucros cessantes e funciona como prefixação das perdas e danos.

**Questão 57**

Entre as excludentes de responsabilidade civil, o estado de necessidade caracteriza-se pela prática de ato lesivo a direito

- Ⓐ alheio, desde que o dano causado seja menor que o risco abstratamente considerado.
- Ⓑ alheio, de valor jurídico igual ou inferior àquele que se pretende proteger, com a finalidade de afastar perigo iminente, quando as circunstâncias do fato não autorizarem outra forma de atuação.
- Ⓒ alheio, ainda que de valor jurídico superior ao protegido, desde que o agente atue sem culpa.
- Ⓓ próprio, ainda que inexistente perigo atual ou iminente, quando o agente agir para evitar prejuízo futuro.
- Ⓔ próprio, desde que o sacrifício seja proporcional ao dano evitado, ainda que haja meio menos gravoso de atuação.

**Questão 58**

No que concerne à responsabilidade civil, o Código Civil prevê

- Ⓐ a responsabilidade subjetiva, cujos pressupostos são apenas a conduta humana, o nexo de causalidade e o dano, e a responsabilidade objetiva, baseada na teoria do risco administrativo.
- Ⓑ apenas a responsabilidade subjetiva, cujos pressupostos são a conduta humana, a culpa ou o dolo, o nexo de causalidade e o dano.
- Ⓒ apenas a responsabilidade objetiva, cujos pressupostos são a conduta humana, o nexo de causalidade e dano, independentemente de previsão legal.
- Ⓓ a responsabilidade subjetiva, cujos pressupostos são a conduta humana, a culpa ou o dolo, o nexo de causalidade e o dano, e a responsabilidade objetiva, baseada na teoria do risco integral.
- Ⓔ a responsabilidade subjetiva, cujos pressupostos são a conduta humana, a culpa ou o dolo, o nexo de causalidade e o dano, e a responsabilidade objetiva, baseada na teoria do risco criado e no risco da atividade.

**Questão 59**

Segundo o Código Civil, a responsabilidade civil é

- Ⓐ dependente da criminal, salvo quando a infração penal não tiver repercussão patrimonial.
- Ⓑ independente da criminal, não se podendo, porém, questionar a existência do fato ou a autoria quando essas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- Ⓒ dependente da criminal, devendo a ação civil aguardar o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- Ⓓ dependente da criminal, ficando a responsabilização civil condicionada ao reconhecimento da ilicitude penal do fato, ainda que não haja sentença penal condenatória transitada em julgado.
- Ⓔ independente da criminal, sendo possível rediscutir a existência do fato e a autoria, ainda que essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.

**Questão 60**

No que diz respeito à usucapião extraordinária, é requisito essencial a posse mansa e pacífica do imóvel, ininterrupta e com *animus domini*,

- Ⓐ com prova de boa-fé, sem oposição, por 10 anos.
- Ⓑ sem oposição, pelo prazo de 15 anos, quando o possuidor houver realizado obras ou serviços de caráter produtivo.
- Ⓒ com estabelecimento de moradia habitual no imóvel, sem oposição, por 15 anos.
- Ⓓ com prova de boa-fé, pelo prazo de 15 anos, sem oposição.
- Ⓔ sem oposição, pelo prazo de 10 anos, quando o possuidor houver realizado obras ou serviços de caráter produtivo.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL****Questão 61**

A respeito das execuções no direito processual civil, observada a jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nos casos de execuções contra instituições financeiras, o numerário disponível em dinheiro não pode ser penhorado.
- Ⓑ Na hipótese de estar pendente recurso de apelação contra sentença que julgou improcedente embargos, a execução de título extrajudicial é provisória.
- Ⓒ Na execução por carta, os embargos do devedor deverão ser julgados no juízo deprecante, ainda que abordem somente fundamento de vício ou defeito da penhora.
- Ⓓ Nas execuções civis, a penhora de dinheiro na ordem de nomeação dos bens não tem caráter absoluto.
- Ⓔ Não cabe execução de título extrajudicial contra a fazenda pública.

**Questão 62**

A respeito dos recursos no processo civil, considerada a jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

- Ⓐ O reexame de uma prova específica produzida no primeiro grau de jurisdição pode ser analisado em recurso especial no STJ.
- Ⓑ É cabível, em sede de embargos de divergência, a discussão sobre o valor de indenização por danos morais.
- Ⓒ A divergência em lei federal analisada somente em voto vencido é suficiente para superar o prequestionamento.
- Ⓓ Não é cabível a interposição de recurso especial contra decisão proferida por turmas recursais de juizados especiais.
- Ⓔ O recurso interposto na instância especial por advogado sem procuração nos autos deve ser conhecido, e, nessa hipótese, deve ser determinada a regularização processual antes da análise do mérito.

**Questão 63**

Assinale a opção correta a respeito da ação civil pública, conforme a jurisprudência do STJ.

- Ⓐ Partido político com representação no Congresso Nacional tem legitimidade para propor ação civil pública.
- Ⓑ Uma associação que mover ação civil pública deve recolher previamente as custas processuais, sob pena de indeferimento da inicial.
- Ⓒ Comprovada a litigância de má-fé em ação civil pública ajuizada por associação, a associação e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão condenados solidariamente ao pagamento de honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.
- Ⓓ Recursos interpostos contra sentença que julgar ações civis públicas não estão sujeitos a efeito suspensivo.
- Ⓔ O Ministério Público possui legitimidade para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, desde que não sejam decorrentes da prestação de serviços públicos.

**Questão 64**

A respeito da contestação e das formas de resposta do réu ao pedido inicial no processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se o réu não contestar a ação, ficarão presumidas as alegações de fato formuladas pelo autor, ainda que, existindo mais de um réu, algum deles conteste a ação.
- Ⓑ Caso o réu pretenda formular pretensão própria conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa, ele deverá apresentar reconvenção em peça própria, apartada da contestação.
- Ⓒ O ônus da impugnação específica dos fatos não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial, que podem apresentar contestação por negativa geral.
- Ⓓ É lícito ao réu alegar questões fáticas ou jurídicas novas em razões recursais, ainda que na época da contestação ele já tivesse conhecimento delas, pois o recurso devolve ao tribunal toda a matéria a ser analisada.
- Ⓔ A alegação de suspeição ou impedimento do juiz deve ser apresentada em preliminar da contestação.

**Questão 65**

O processo cautelar é uma medida de segurança e prevenção, não satisfativa, que visa assegurar o resultado útil do processo principal, protegendo o direito que será futuramente discutido. Assinale a opção correta a respeito do processo cautelar.

- Ⓐ Não existe a possibilidade de um juiz deferir uma cautela de urgência se não houver pedido específico da parte.
- Ⓑ São exemplos de processos cautelares a busca e apreensão, o arresto, a ação de indenização por danos morais e o arrolamento de bens.
- Ⓒ São requisitos para a concessão da tutela de urgência o risco de dano grave ou de difícil reparação e a probabilidade do direito que se pretende proteger.
- Ⓓ A tutela cautelar é admissível somente antes da ação principal, como medida preventiva.
- Ⓔ Antes de deferir ou indeferir uma cautela, o juiz deve intimar a parte requerida para que ela se manifeste a respeito do pedido.

**Questão 66**

A respeito das sentenças e da coisa julgada no processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Questões não apreciadas pelo juiz ou pedidos não formulados podem ser discutidos em ações autônomas.
- Ⓑ Ocorre a coisa julgada formal quando o conteúdo da decisão torna-se imutável, o que impede sua rediscussão em qualquer outra demanda.
- Ⓒ Quando se consuma a coisa julgada, não há possibilidade de revisão ou mutação do que foi julgado.
- Ⓓ No caso em que a parte pede a posse de um imóvel, mas o juiz concede a propriedade, configura-se a sentença *ultra petita*.
- Ⓔ Nas sentenças *citra petita*, ou seja, quando o juiz concede menos do que foi pedido, configura-se a nulidade da decisão.

**Questão 67**

A respeito dos sujeitos da relação processual civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ O juiz poderá limitar o número de litisconsortes necessários quando isso ensejar comprometimento da rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
- Ⓑ Nos casos de incapacidade absoluta, há necessidade de assistência; nos casos de incapacidade relativa, há necessidade de representação.
- Ⓒ Nas ações judiciais que versarem sobre direito real imobiliário, é imprescindível o consentimento recíproco dos cônjuges para viabilizar a propositura da ação, independentemente do regime de casamento.
- Ⓓ O litisconsórcio será facultativo quando houver disposição específica em lei.
- Ⓔ O Código de Processo Civil estende a capacidade de ser parte a alguns entes despersonalizados, por exemplo, a massa falida e o espólio.

**Questão 68**

Assinale a opção correta no que se refere à ação, à pretensão e às condições da ação, observado o entendimento dos tribunais superiores.

- Ⓐ O STF reconhece a legitimidade extraordinária dos sindicatos para defender, em juízo, direitos ou interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, independentemente de autorização dos substituídos.
- Ⓑ A ausência das condições da ação deve ser alegada pela parte no processo, sendo vedado ao juiz seu reconhecimento de ofício.
- Ⓒ Nos casos em que o processo é extinto sem o julgamento do mérito, a ação, na realidade, não foi exercida.
- Ⓓ O juiz extinguirá o processo e resolverá o mérito quando verificar a ausência de legitimidade ou interesse processual.
- Ⓔ A ação tem início quando se configura a violação de um direito.

**Questão 69**

No que se refere à jurisdição e à competência no processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ A justiça brasileira é competente para julgar ação envolvendo contratos que tenham previsão de cláusulas exclusivas de foro estrangeiro, ainda que o réu tenha alegado em contestação esta previsão, pois tais contratos produziram efeitos no Brasil.
- Ⓑ Competem à justiça brasileira, com exclusão de qualquer outra, a análise e o julgamento de ações relativas a imóveis situados no Brasil.
- Ⓒ Ação proposta perante tribunal estrangeiro induz litispendência à mesma ação proposta perante tribunal no Brasil.
- Ⓓ As ações de alimentos contra credor estrangeiro que apenas tiver residência no Brasil devem ser propostas no país de origem do credor.
- Ⓔ Nas ações de divórcio em que os bens a serem partilhados estejam situados no Brasil, mas um dos titulares seja estrangeiro e domiciliado no exterior, a partilha de tais bens poderá ser decidida no país de origem do titular estrangeiro.

**Questão 70**

No que diz respeito à extinção e à suspensão do processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ As férias forenses não ensejam a suspensão do processo, mas apenas dos prazos processuais.
- Ⓑ A morte de uma das partes no processo acarreta sua extinção sem o julgamento do mérito.
- Ⓒ Quando houver suspensão do processo por convenção entre as partes, o prazo de suspensão não poderá exceder dois anos.
- Ⓓ O abandono da causa é motivo para a extinção do processo com o julgamento de mérito.
- Ⓔ O acordo para pagamento parcelado da dívida é causa de imediata extinção do processo.

**DIREITO AMBIENTAL****Questão 71**

A proteção do meio ambiente e o combate à poluição são competência constitucional federativa de natureza

- Ⓐ administrativa concorrente.
- Ⓑ administrativa comum.
- Ⓒ legislativa privativa.
- Ⓓ administrativa privativa.
- Ⓔ legislativa comum.

**Questão 72**

O princípio da prevenção, elemento fundamental da ordem constitucional ambiental brasileira, baseia-se na noção de que

- A** o desconhecimento sobre a totalidade do potencial lesivo de determinada atividade não poderá obstar o seu licenciamento.
- B** o potencial lesivo de determinada atividade, quando conhecido, afastará a concessão da licença ambiental.
- C** o desconhecimento sobre a totalidade do potencial lesivo de determinada atividade ensejará a proposição de medidas mitigadoras.
- D** o potencial lesivo de determinada atividade, quando conhecido, deve ser mitigado.
- E** o potencial lesivo de determinada atividade, quando desconhecido, ensejará uma avaliação ambiental aprofundada.

**Questão 73**

A competência ambiental legislativa dos municípios

- A** tem natureza supletiva e complementar em relação ao regramento dos estados e da União.
- B** restringe-se ao interesse local, não tendo natureza concorrente com estados e a União.
- C** tem natureza exclusiva, limitando a competência dos estados e da União para legislar sobre temas que impactem o âmbito municipal.
- D** possibilita a instituição de regramentos autônomos quando houver interesse local, a despeito do regramento do respectivo estado.
- E** tem natureza supletiva em relação aos estados e complementar quanto à União.

**Questão 74**

Em relação à legitimidade ativa para a propositura de ação civil pública ambiental, assinale a opção correta.

- A** O IBAMA e o ICMBio poderão atuar em ações civis públicas ambientais somente na condição de auxiliar do processo.
- B** Associações têm tal legitimidade se houverem completado mais de um ano de constituição ou se seu estatuto contiver previsão de finalidade de proteção ao meio ambiente.
- C** A atuação do Ministério Público nesse tipo de ação é subsidiária, devendo a ação ser proposta por agente da administração pública direta ou da sociedade civil.
- D** A Defensoria Pública poderá propor ação civil pública ambiental, desde que haja interesse de hipossuficiente.
- E** O IBAMA tem legitimidade para propor ação cautelar quando houver ameaça de dano ao ambiente.

**Questão 75**

No que se refere à proteção constitucional da fauna e da flora, poderão ser admitidas práticas esportivas envolvendo animais quando se tratar de

- A** modalidade de abate para consumo próprio e familiar.
- B** práticas recorrentes que resguarrem o bem-estar animal.
- C** prática usual e costumeira de comunidades rurais.
- D** modalidades registradas em instituições desportivas oficiais.
- E** manifestações culturais registradas como bem de natureza imaterial.

**Questão 76**

Assinale a opção que corresponde ao princípio ambiental de natureza econômica que visa impedir o mau uso ou desperdício dos recursos naturais, mediante a alocação dos custos da prevenção e das medidas de controle da poluição.

- A** princípio da reparação integral
- B** princípio da solidariedade
- C** princípio do poluidor-pagador
- D** princípio da prevenção
- E** princípio da responsabilidade

**Questão 77**

Na elaboração do estudo de impacto ambiental, nos termos da Resolução CONAMA n.º 1/1986, as diretrizes gerais que devem ser observadas incluem

- A** análises dos recursos ambientais e do meio socioeconômico.
- B** definição de medidas mitigadoras.
- C** planos e programas governamentais.
- D** definição dos limites da área de influência do projeto.
- E** elaboração de programa de monitoramento dos impactos.

**Questão 78**

Assinale a opção que apresenta o órgão central do SISNAMA.

- A** Conselho de Governo
- B** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- C** Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República
- D** Conselho Nacional do Meio Ambiente
- E** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**Questão 79**

A realização dos estudos técnicos necessários à instrução do processo de licenciamento ambiental ficará a cargo

- A** de profissionais do quadro de funcionários da empresa requerente.
- B** dos agentes de órgãos ambientais, com recolhimento de custas pelo empreendedor.
- C** de profissionais independentes e conveniados com o poder público.
- D** de servidores de carreira dos órgãos ambientais nomeados para o ato.
- E** de profissionais legalmente habilitados, custeados pelo empreendedor.

**Questão 80**

Assinale a opção que indica a unidade de conservação criada para proteger o hábitat natural de aves endêmicas ameaçadas de extinção, como o soldadinho do Araripe (*Antilophia bokermanni*), de modo a assegurar suas condições de vida e reprodução.

- A** monumento natural
- B** parque nacional
- C** refúgio da vida silvestre
- D** reserva biológica
- E** estação ecológica